



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º 2019.000876

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2018 – MP/PGJ**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 023/2018 – MP/PGJ, que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e o senhor **VANIAS BATISTA MENDONÇA**, visando à locação de vagas de estacionamento em imóvel urbano (terreno), para os veículos da PGJ/AM.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **LOCATÁRIA**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exmo. Sr. **Mauro Roberto Veras Bezerra**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 553213 - SESEG/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 850.824.657-91, e o Sr. **Vanias Batista Mendonça**, residente na Rua Rio Madeira, 00036 – Apartamento 602 – Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 162869 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) n.º 031.466.502-15, daqui por diante denominado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º **2019.000876**, doravante referido por **PROCESSO**, e, em consequência da dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, por meio do Despacho n.º 310.2018.01AJ-SUBADM.0207546.2017.015592 (Processo n.º 2017.015592), resolvem celebrar o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2018 – MP/PGJ**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, arts. 55, 58 a 61 e 62, no que couber, e das disposições da Lei n.º 8.245/91, e suas alterações e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo aditivo tem por objeto **prorrogar**, por **3 (três) meses**, a vigência do Contrato Administrativo n.º 023/2018 – MP/PGJ, firmado entre as partes



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º 2019.000876

**1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2018 – MP/PGJ**

em 5 de julho de 2018, nos termos previsto em sua Cláusula Décima Terceira – Da Vigência, e de acordo com o art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor global do presente ajuste é de **R\$ 16.427,79 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos)**, a ser executado em 3 (três) parcelas mensais.

Parágrafo único. O aluguel mensal do imóvel objeto desta locação é de **R\$ 5.475,93 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste termo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte:** 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903615 – Locação de Imóveis, tendo sido emitida, pela **LOCATÁRIA**, em 01/07/2019, a Nota de Empenho n.º 2019NE00918, no valor de **R\$ 16.427,79 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e nove centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência estabelecido na cláusula décima terceira do contrato original fica prorrogado por mais 3 (três) meses, compreendendo o período de **4 de julho de 2019 a 4 de outubro de 2019**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente termo no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas será providenciada pela **LOCATÁRIA**, sob forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/93 e do ATO PGJ n.º 082/2012.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

PROCESSO N.º 2019.000876
1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 023/2018 – MP/PGJ, de 5 de julho de 2018, e de seus aditivos, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este termo aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Manaus (Am.), 3 de julho de 2019.

CONTRATANTE:

MAURO ROBERTO VERAS BEZERRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

CONTRATADA:

VANIAS BATISTA MENDONÇA

Locador do Imóvel

TESTEMUNHAS:

1.

Nome: **LIGIA MARIA O. SENNA**
RG: Agente de Apoio - Administrativo
RG: 2812718 -SP/PA
CPF: 571.907.632-27

2.

Nome: **HELDER NOBREGA RIBEIRO**
RG: 1305041-9 SSP/AM
CPF: 614178822-04